

## EM BUSCA DE ALTERNATIVAS AO RRF DE ZEMA

SINDÁGUA marca presença em Brasília na reunião sobre a dívida de Minas e em defesa das empresas públicas

A busca de alternativas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) proposto pelo governo Zema como solução para a estrondosa dívida do Estado com a União e a proposta de federalização das empresas públicas mineiras, como Copasa e Cemig, foram os principais pontos abordados na reunião da Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos com o senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal, na terça-feira (19 de dezembro), em Brasília.

No encontro, que contou com a participação de representantes de 22 entidades, incluindo o presidente do SINDÁGUA, Eduardo Pereira, a Frente reforçou a necessidade de adoção de medidas de proteção das empresas públicas mineiras contra a tentativa de Zema de entregá-las à iniciativa privada. Também participou da reunião o deputado federal Rogério Correia (PT-MG), vice-líder do governo Lula.

No documento entregue a Pacheco, a Frente se posiciona contra a privatização de estatais e refuta o ataque de Zema à Constituição do Estado para calar a população, com a tentativa de acabar com o referendo popular e facilitar a venda do patrimônio público sem passar pela aprovação do povo mineiro. Além disso, contesta o falso argumento de que a adoção do RRF seria a única saída para resolver o problema da gigantesca dívida estadual, atualmente de R\$ 160 bilhões e que cresceu significativamente no governo Zema.

A Frente solicitou participação do movimento sindical em “todo o processo de negociação da dívida, buscando garantir os interesses do Estado e dos cidadãos”. O documento sugere a mudança do indexador utilizado para o cálculo dos juros da dívida, passando a usar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e não o Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI). Essa alteração poderia reduzir a dívida



de R\$ 160 bilhões para aproximadamente R\$ 63 bilhões.

Propõe também a manutenção da exigência de referendo popular para a privatização da Copasa e da Cemig. A Frente considera que a federalização das estatais e a cessão dos direitos creditórios dos crimes de Brumadinho e Mariana, propostas por Pacheco, são fundamentais para zerar o valor da dívida.

Para o presidente do SINDÁGUA, Eduardo Pereira, a reunião em Brasília foi importante, pois é preciso buscar alternativas às propostas de Zema para o pagamento da dívida do Estado, que ameaçam o funcionalismo e a existência das empresas públicas mineiras. O RRF proposto pelo governo estadual impõe o congelamento salarial dos servidores por nove anos, proíbe concursos públicos a partir de 2024 e propõe a privatização de estatais essenciais como Copasa e Cemig.

“Acreditamos que há outras formas de pagar a imensa dívida de Minas, que cresceu enormemente durante estes cinco anos de governo Zema”, afirmou Eduardo. “Não é possível resolver essa questão retirando direitos dos trabalhadores, prejudicando a população e comprometendo a qualidade dos serviços. Temos que manter essas empresas públicas, que são estratégicas e essenciais para a população sob a responsabilidade do Estado, conforme determinam as Constituições federal e estaduais.”

Acompanhe mais informações em nosso site [www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) ou pelas redes sociais:

